



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022 RP Nº 024/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP), ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 066/2022, Pregão Eletrônico nº 033/2022, RP nº 024/2022, conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 15/06/2022.

O objeto do recurso compreende insurgência em relação aos seguintes tópicos: a) habilitação da licitante W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME) em relação ao Lote 15; b) desclassificação da proposta da recorrente em relação aos Lotes 03, 05 e 07; e, c) não aplicação de sanções pelo Município de Conselheiro Lafaiete contra a licitante MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, por comportamento inidôneo e retirada de proposta.

Em sede de fundamentação, alega a recorrente, em síntese, ser equivocada a habilitação da W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME), ao argumento de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não contemplam comprovação de experiência na execução de serviço compatível com a prestação de serviços relativa ao Lote nº 15 (Locação de Brinquedos), em desatendimento à exigência habilitatória prevista no item 8.7.1 do Edital.

Noutro passo, sustenta que a desclassificação da proposta da recorrente em relação aos Lotes 03, 05 e 07 é injustificada, sendo arguido que falha/inconsistência no sistema da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET (que teria deixado de calcular o valor total do Lote através da multiplicação do valor unitário pelo quantitativo do item) provocara o lançamento da proposta da recorrente com erro e, possivelmente, de demais licitantes que também foram desclassificadas nesses Lotes.

Por fim, a recorrente sustenta que a licitante MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, ao pugnar a desclassificação da sua proposta após sagrar-se vencedora dos lotes 03 e 08, agiu de modo inidôneo no certame, incorrendo em hipótese de sanção administrativa decorrente da não manutenção da proposta comercial.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para: a) declarar a Inabilitação da W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME), relativamente ao Lote 15; b) reclassificar a Recorrente e demais licitantes desclassificadas em relação aos Lotes 03, 05 e 07; e, c) notificar a licitante MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA para justificar a não manutenção da proposta comercial relativamente aos Lotes 03 e 08, para posterior aplicação de sanção administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 23/06/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 27/06/2022 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões recursais.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Antes de adentrar na análise do mérito do recurso, deve-se proceder ao exame da admissibilidade do apelo, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos recursais (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento do recurso.

Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º Ed, São Paulo: Dialética, 2008:

“O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão.

A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetividade a revisão do ato administrativo impugnado”.

Ainda de acordo com o escólio do doutrinador, os pressupostos recursais classificam-se em subjetivos (legitimidade e interesse recursal) e objetivos (existência de ato administrativo de cujo decurso, a tempestividade, a forma escrita, a fundamentação e o pedido de nova decisão).

Conforme se depreende dos autos, o resultado final do certame fora proferido durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 15/06/2022 (sexta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 20/06/2022 (primeiro dia útil subsequente à sessão, considerando que nos dias 16/06/2022 – Feriado Municipal de Corpus Christi – e 17/06/2022 – ponto facultativo, conforme Decreto Municipal nº 397/2022 – não houve expediente no Setor de Licitações), vindo a findar-se em 22/06/2022 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 22/06/2022 (protocolos nos lotes 03, 05,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

07 e 15, às 18:15:12h, 18:17:10h, 18:18:00h e 18:18:46h, respectivamente), impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Prosseguindo-se no exame de admissibilidade, mister seja realizada ressalva em relação a um dos tópicos recursais.

A aplicação de sanção administrativa aos licitantes, baseada na infringência às normas editalícias, é ato da Administração Pública que exorbita a competência do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 84/2021.

Considerando que a competência é elemento essencial do ato administrativo, não cabe ao Pregoeiro e/ou à Equipe de Apoio a prática de atos sancionatórios, razão pela qual não houve (tampouco seria lícito haver) prática de ato de cunho decisório referente à eventual aplicação de sanção administrativa à licitante MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, decorrente da não manutenção da proposta comercial.

Os atos e ocorrências relevantes do certame, ocorridos durante as sessões públicas eletrônicas dos dias 13 e 15/06/2022, encontram-se registrados nas respectivas atas de sessão, bem como no chat da Plataforma BBMNET. Acerca da ocorrência mencionada no recurso, assim constou da ata lavrada ao final da sessão do dia 13/06/2022:

"(...) Ainda no decurso da análise dos documentos habilitatórios, a empresa MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA – ME pugnou pela desclassificação de suas propostas para os itens (lotes) 03 e 08, sob alegação de equívoco na formulação do lance, conforme registrado em conversa do chat do item (lote) 03. Diante disso, sem prejuízo de eventual responsabilização e aplicação de sanção cabível, nos termos do Edital, a ser apurada pelo Departamento Jurídico quando da análise final do certame, o Pregoeiro promoveu a desclassificação da proposta da licitante MEGA PALCO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA – ME nos lotes por ela vencidos (lotes 03 e 08), repassando-se às empresas classificadas nas próximas colocações (2º lugar), observada a ordem classificatória". (destacamos)

Incabível a interposição de recurso referente à aplicação (ou não) de penalidade à(s) licitante(s), diante da inexistência de ato de cunho decisório praticado pelo Pregoeiro neste particular. Ressalta-se que, conforme registrado na ata de sessão pública, os autos do processo licitatório serão encaminhados oportunamente ao Departamento Jurídico para análise jurídica da regularidade formal dos atos praticados no certame, bem como adoção das providências cabíveis previstas no Edital, a partir das informações já registradas.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso exclusivamente em relação às teses formuladas em face das decisões do Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

III. Do mérito recursal

III.1. Da habilitação da licitante W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME) em relação ao Lote 15

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que um dos cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento à exigência de habilitação (Qualificação Técnica) prevista no item 8.7.1 do Edital, pela recorrida W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME) em relação ao Lote 15 (Locação de Brinquedos).

Dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

"8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES

8.7.1. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviços compatíveis, em quantidades e prazos, com o objeto da licitação." (destacamos)

Conforme consignado na ata da sessão pública, a conferência e análise dos documentos de qualificação técnica foi realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, que concluíram que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida comprovavam a experiência da licitante na execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicas para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a *"Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo"*.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

Pois bem. Respeitado o entendimento em contrário, reputa-se não assistir razão à tese deduzida pela licitante recorrente.

Reexaminando a documentação de habilitação apresentada pela W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME), mediante protocolo na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, observa-se que foram apresentados pela recorrida todos os documentos exigidos no Edital para participação e habilitação no certame.

O inconformismo da Recorrente consiste, em suma, na alegação de que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não contemplam comprovação de experiência na execução de serviço compatível com a prestação de serviços relativa ao Lote nº 15 (Locação de Brinquedos).

Conforme entendimento sedimentado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, adotado exemplificativamente no julgamento das Denúncias nº 1015596 e 1013234, “*é lícito à Administração exigir do licitante a comprovação de experiência anterior, conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução de objeto idêntico àquele licitado, salvo se devidamente justificado e se não comprometer a competitividade*”. (destacamos)

Os atestados de capacidade técnica protocolizados pela recorrida (emitidos pelas pessoas jurídicas Contactar Montagens Eventos e Publicidade LTDA e Fenacouro Promoções e Eventos LTDA) são instrumentos aptos a demonstrar que a empresa W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME) prestou serviços de montagem e instalação de estruturas diversas para eventos.

Compulsando referida documentação, observa-se que a W & M PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA (ME) atua no ramo comercial pertinente à contratação, tendo sido responsável pela locação, montagem e instalação de vários equipamentos e estruturas inerentes a eventos.

Em que pese inexistir menção expressa à estrutura Brinquedos – como reputa necessário a recorrente – é de se registrar que a análise realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em consonância com a jurisprudência, verificou atendido o requisito editalício do item 8.7.1, na medida em que tais atestados demonstram a existência de vínculo de pertinência entre o requisito de experiência anterior e o objeto licitado no certame, compatível com o objeto do Lote 15.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza em seu art. 37, inciso XXI, que as exigências de qualificação técnica e econômica nos processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

licitatórios serão permitidas desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Tratando-se de licitação na modalidade pregão, para a contratação de serviços **comuns**, e considerando o preceito constitucional no sentido da limitação das exigências de qualificações técnica e financeira, considera-se inexistir elemento plausível que afaste a comprovação de experiência compatível e, com efeito, aptidão para prestação dos serviços.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a decisão recorrida neste particular.

III.2. Da desclassificação da OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP) em relação aos Lotes 03, 05 e 07

A recorrente pretende justificar a desconformidade das propostas apresentadas em relação aos Lotes 03, 05 e 07, sob alegação de que houve falha de funcionamento da plataforma de pregão eletrônico BBMNET.

Argumenta-se que *“(...) houve falha no sistema (www.bbmnet.com.br) que não calculou automaticamente o QUANTIDADE X VALOR UNITÁRIO resultando no VALOR GLOBAL para os lotes: LOTE 03 - BOXTRUSS, LOTE 05 -ARQUIBANCADA e LOTE 07 – CAMAROTE”*.

Com a devida vênia, não há condições de se acolher a tese recursal, haja vista a carência de elementos – ainda que indiciários – comprovem minimamente a alegação.

Conforme registrado na ata da sessão pública do dia 13/06/2022, e bem assim no chat da Plataforma BBMNET, o Pregoeiro procedeu com a desclassificação da proposta comercial da OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP) relativamente aos Lotes 03 (R\$ 57,50), 05 (R\$ 16.666,67) e 07 (R\$ 450,00), haja vista a absoluta discrepância, e bem assim inexequibilidade, em comparação com os valores globais dos lotes estimados para a contratação (respectivamente, nos montantes de R\$ 28.750,00, R\$ 1.333.333,60 e R\$ 225.000,00).

Importante destacar que os valores das propostas comerciais registrados na Plataforma BBMNET permanecem sigilosos, inclusive para o Pregoeiro, até o momento em que é promovida a abertura das propostas via sistema.

Após a deflagração de tal etapa, cessa o sigilo das propostas, permanecendo apenas o anonimato dos licitantes proponentes. No entanto, a partir deste momento, torna-se impossível a edição dos valores das propostas comerciais, tanto por inviabilidade do sistema quanto, em especial, por vedação legal à quebra de isonomia, não sendo cabível ao Pregoeiro facultar a inclusão de proposta por um ou mais licitantes, após a publicidade dos valores das propostas ofertadas pelas demais concorrentes.

O instrumento convocatório do certame previu expressamente:

“7. PROPOSTA COMERCIAL

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

7.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico **a proposta comercial** com a descrição do objeto ofertado e o preço, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

(...)

7.2. **Durante o período compreendido entre a publicação do edital e o horário limite estipulado para abertura da sessão pública o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta comercial.**

7.3. A etapa descrita no item anterior será encerrada com a abertura da sessão pública.

7.4. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos no edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção "login", opção "Licitação Pública", "Sala de Negociação".

(...)

7.6. A Proposta de Preço, **contemplando o valor total do objeto,** deverá ser inserida em campo próprio no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas, vedada a identificação do titular até a conclusão da fase de lances.

7.6.1 - **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos disponíveis.**

7.7. Deverá ser observado o preço de referência do objeto, constante do item 19, extraído de pesquisa de preços de mercado, não devendo o desconto final ofertado, **tanto para o lote como para cada item individualmente,** ser inferior a tais valores, tido como desconto mínimo (valor de referência).

(...)

7.10. A disputa será realizada no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, <http://www.bbmnetlicitacoes.com.br>, pelo critério de **MENOR PREÇO DO LOTE.**"

Por sua vez, o critério de julgamento do certame (menor preço por lote) restou explícito em diversas passagens do instrumento convocatório, notadamente no item 9.1, que dispõe: "O critério de julgamento do objeto licitado será feito por **MENOR PREÇO POR LOTE,** representado pelo **menor valor unitário do lote.**" (destacamos)

No caso concreto, observa-se que o Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2022 é claro ao prever que o encaminhamento da proposta de preços "(...) poderá ser feito das **12h00min do dia 31/05/2022 até as 09h29min do dia 13/06/2022,** HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br a abertura das "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 13/06/2022, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF". (destacamos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Pois bem. A recorrente alega que o sistema da plataforma BBMNET foi falho ao não calcular automaticamente o valor global dos Lotes 03, 05 e 07, a partir do lançamento, pelos licitantes, dentre eles a OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP), do valor unitário dos itens componentes dos lotes supracitados.

Conforme já explanado, o prazo para apresentação dos documentos de proposta e habilitação iniciou-se às 12:00h do dia 31/05/2022 (terça-feira), findando-se às 09:29h do dia 13/06/2022 (segunda-feira). Como é cediço, era de responsabilidade dos licitantes seu credenciamento no sistema e, por conseguinte, a juntada da respectiva documentação para participação no certame, durante o lapso temporal supracitado, mediante o uso da senha de acesso privativa (item 6.3 do Edital).

Vale lembrar que o credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica e legitimidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital (item 6.5 do Edital).

É de responsabilidade dos licitantes o manuseio, a inserção e a conferência de dados e documentos na plataforma eletrônica.

Diante de dúvida e/ou verificação de falha no sistema, mister que os interessados entrassem em contato com a central de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (item 6.2 do Edital), e/ou diretamente com o ente promotor da licitação, a fim de obter, tempestivamente, as providências necessárias a viabilizar sua participação no certame.

Não foi o que ocorreu em relação à recorrente, cujas razões recursais limitam-se a argumentar a existência de falha no sistema (esta arguida somente após a sua desclassificação, diga-se de passagem), sem, contudo, demonstrar a prévia realização de diligência junto à BBMNET ou a formulação de pedido de esclarecimento/impugnação, com fito de sanar eventuais dificuldades existentes.

Destaca-se que nenhuma das concorrentes (incluindo-se a OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP)) formalizou, no prazo compreendido entre as 12:00h do dia 31/05/2022 e as 09:29h do dia 13/06/2022, reclamação no sentido da existência de entraves no manuseio da plataforma BBMNET, não parecendo crível que a falha no preenchimento da proposta tenha ocorrido por interferência das funcionalidades do sistema, sobretudo considerando que houve propostas apresentadas por diversos licitantes, em conformidade com o Edital, relativas aos Lotes 03, 05 e 07.

Noutro vertente, descabe falar que inconsistências no funcionamento da plataforma BBMNET, verificadas durante a sessão pública realizada no dia 15/06/2022, 09:30h, corroborariam com a tese recursal. Conforme registrado via chat, deparou-se o Pregoeiro com a ocorrência de instabilidade temporária no sistema BBMNET, a qual culminou com a sua desconexão momentânea. Tal falha em nada interferiu no andamento dos trabalhos, posto que ocorrida durante o prazo de análise de documentação, enquanto não estava sendo praticado nenhum ato no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

A toda evidência, descabe cogitar que aludida instabilidade do sistema tenha interferido no processo de formulação das propostas, principalmente considerando que o prazo para protocolo da proposta no sistema encerrou-se às 09:29h do dia 31/05/2022, e que o mau funcionamento temporário da plataforma se deu durante a sessão pública realizada no dia 15/06/2022, fulminando-se qualquer relação de nexo de causalidade.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por estas não padecerem de qualquer ilicitude, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão que desclassificou a recorrente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Serão desclassificadas as propostas comerciais que não atenderem às exigências estabelecidas no Edital, a rigor do disposto no item 7.25 c/c 9.5.2 do instrumento convocatório.

Ante o exposto, a **improcedência** do recurso é medida que se impõe.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa OTIMISA MARKETING E EVENTOS LTDA (EPP) e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 30 de junho de 2022.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro